



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM SALVADOR: CONSEQUÊNCIAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Ana Luísa Sena Maltez

UFBA

ana.maltez@ufba.br

Bárbara Jennifer Nascimento Silva

UFBA

barbara.jennifer@ufba.br

Resumo

O presente trabalho objetivou investigar as consequências da privatização da educação na rede municipal de ensino de Salvador. Para tanto, foi realizada uma entrevista de roteiro aberto com uma coordenadora da rede municipal de ensino em exercício, a fim de compreender como a privatização tem afetado o cotidiano de seu trabalho. Para garantir o anonimato da participação, utilizamos o codinome Sol. Desse modo, buscamos compreender, a partir da perspectiva da entrevistada, as consequências da privatização da educação nas três dimensões apontadas por Adrião (2018): oferta, currículo e gestão da educação. Por privatização, entendemos as “medidas que tem subordinado, direta e indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou organizações” (Adrião, 2017. p. 9). Os canais de comunicação oficiais de Salvador, no entanto, intitulam entes privados como parceiros da educação, como o Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Natura e Fundação Leman. Há 12 anos, Salvador passa por governos que realizam a manutenção da lógica tecnicista, promovendo a burocratização do trabalho pedagógico, que se aprofunda à medida que condições de trabalho são precarizadas: o novo carlismo ou neocarlismo (Souza, 2018). Desde então, a SMED desenvolve o monitoramento e gestão dos resultados das avaliações externas, características básicas presentes no gerencialismo (REF). Historicamente, os mecanismos gerenciais são responsáveis por pautar as políticas instituídas nas escolas de Salvador. Nesse processo, a SMED reforça a centralidade de atuação nas ações e indivíduos e investe em pacotes educacionais e formação para sua utilização. Ao analisar o currículo da rede municipal,

nos deparamos com os sistemas estruturados de ensino (SEE), programas educacionais desenvolvidos por instituições privadas que fornecem um modelo de ensino, material didático e formação, como o Nossa Rede, que é caracterizado por sua perspectiva construtivista. Para a entrevistada, essa é uma das formas mais eficazes de privatização:

Figura 1 - Transcrição de entrevista com Sol

Então, [...] além de privatizar, [...] eles também vão privatizando o nosso currículo, porque eles **determinam o que nós deveríamos executar na escola**. Ainda que seja feita resistência, **os mecanismos de controle são muito rigorosos** e é muito difícil e cansativo, **num cotidiano tão corrido**, a gente fazer frente a isso também. Então, em alguns momentos, a gente vai deixando, vai deixando, e quando a gente vê, está tudo tomado pelas empresas privadas, né? (Sol).

Fonte: elaboração própria.

Os SEE implementados em Salvador são pacotes educacionais milionários, compostos por materiais para os alunos e professores; formação continuada para utilização dos materiais, sistema de avaliação e monitoramento (Souza, 2018). Uma das consequências do SEE é a retirada a atenção sobre os problemas estruturais que são da responsabilidade da gestão municipal, as atribuindo aos sujeitos da escola (Schneider, 2019; Silva, 2021). Para Sol:

Figura 2 - Transcrição de entrevista com Sol

Eu tenho outras demandas para trabalhar com os alunos que não desse currículo prescrito, eu tenho demandas que vão emergindo do diálogo, eu tenho bullying, eu tenho questões com droga, sexualidade, questões de violência doméstica, que precisam ser discutidas, mas acaba que não há tempo de que isso entre nas discussões do currículo, porque é preciso dar tempo com aquelas lições que são prescritas e que é preciso dar conta, senão o professor vai ser chamado a atenção, porque não cumpriu e tal e tal, então, há uma interferência direta assim (Sol).

Fonte: elaboração própria.

Para Lerner (2004), a autonomia docente é indissociável da profissão. Porém, em Salvador, os mecanismos de controle dos SEE parecem suprimir professores de abordar temas importantes para a formação humana dos estudantes. Na oferta educacional subsidiada por convênios com organizações privadas, programas como Acelera e Se Liga assumem a gestão das turmas de regularização de fluxo em Salvador. Embora prometam

melhorar os índices de alfabetização (IAS, 2024), sua implementação sobrecarrega a rotina de professores, coordenadores e diretores, como relata Sol:

Figura 3 - Transcrição de entrevista com Sol

A gente acaba perdendo a autonomia em relação ao currículo escolar, porque a gente tem que ter conta de prazos, métodos, recursos, que são impostos [...] A gente recebe os módulos prontos, a informação do professor está pronta, ele precisa apenas executar. Se a escola estiver com outros projetos, nem todos os alunos podem participar. [...] Então, quando a gente, por exemplo, tem os jogos estudantis, tem os torneios, eles não podem ser inseridos para não perder o tempo de aula, que é bem rigoroso e a gente tem que ‘planilhar’ e enviar (Sol).

Fonte: elaboração própria.

Salvador também investe parte do seu orçamento no Programa Pé na Escola (Salvador, 2018), que desde 2019 aloca verba pública para a iniciativa privada a fim de que ela supra a falta de vagas na Educação Infantil na rede pública municipal (Salvador [s.d] a). Em sua maioria, essas escolas “parceiras” atendem minimamente os padrões esperados e exigidos pelo ministério da educação. Quando perguntada sobre o processo de privatização nas escolas municipais, a entrevistada teceu críticas ao programa:

Figura 4 - Transcrição de entrevista com Sol

Na escola, a gente abre as vagas, abre a demanda de matrícula e essa demanda, ao invés de gerar as vagas na rede pública, tem sido transferida para a rede privada através de um programa que é o Programa Pé na Escola. Então, a gente tem um esvaziamento da educação infantil na rede pública em favor desse programa. [...] A escola que eu trabalho tem banheiros aquecidos, tem mobiliário adaptado, tem salas climatizadas, é tudo adaptado para as crianças. A gente tem os profissionais preparados para isso, com formação adequada, tem os auxiliares de sala para proteção, tem salário. Elas [as crianças] são retiradas dessa escola e são colocadas em casas adaptadas com profissionais que não necessariamente têm formação em pedagogia, não têm os auxiliares de classe, as crianças com qualquer atipia não são aceitas, porque eles dizem que não tem como financiar, pagar aos auxiliares, aos acompanhantes dessas crianças, para que eles tenham segurança, não é garantida alimentação, então, assim, cada vez mais a gente vê a entrada no mercado privado na educação de Salvador (Sol).

Fonte: elaboração própria.

Embasadas em Adrião (2022), vemos que o Pé na Escola se apresenta como principal estratégia para a expansão da oferta de vagas e, como efeito, potencializa a lógica

privatizante e lucrativa, provocando desigualdades no atendimento às crianças de 0 a 5 anos. A profissão docente vem sendo reestruturada por diferentes frentes, como o avanço das tecnologias educacionais no Brasil (Venco; Senki, 2023), impactando diretamente os professores. Para Apple (1995), esse processo de intensificação fragiliza a categoria e enfraquece o trabalho coletivo. Em Salvador, as políticas locais reforçam essa dinâmica. Segundo uma entrevistada, o uso de plataformas digitais ultrapassa o espaço escolar, invadindo a vida pessoal e exigindo o uso de dispositivos próprios.

Figura 5 - Transcrição de entrevista com Sol

Ele [o aplicativo] não consegue ser instalado no tablet ou nos instrumentos, nas ferramentas que a escola tem, então ele acaba sendo instalado no nosso privado. [...] Então, são os nossos recursos privados que estão sendo usados, porque os recursos públicos não conseguem disponibilizar aparelhos que funcionem (Sol).

Fonte: elaboração própria.

As tarefas extras sobrecarregam a semana de trabalho, prejudicando o funcionamento da escola e o fazer pedagógico. A entrevistada aponta a diferença entre a semana “real” e a “ideal” e destaca a desconexão entre as demandas da secretaria e a realidade dos profissionais.

Figura 6 - Transcrição de entrevista com Sol

Outra atividade que demanda muito tempo são as atividades que a secretaria, [...] da plataforma da educação. De diferentes plataformas que avaliam a mesma coisa, que solicitam a mesma informação, só que são diferentes plataformas. [...] Você começa a receber ligações, reclamações, inclusive isso acontece em uma exposição, né? Porque existem os grupos e aí lá, “ó, sua escola não lançou, qual é o problema? O que é que está acontecendo?” (Sol)

Fonte: elaboração própria.

Como evidenciado, o trabalho docente tem sido constantemente moldado por novas regras e demandas impostas pela secretaria de educação. Tais exigências, frequentemente desconectadas da realidade escolar, geram instabilidade e, quando não cumpridas, expõem os profissionais a situações constrangedoras, revelando os limites e tensões vivenciados no cotidiano da escola. Foi possível constatar que a educação soteropolitana vem sendo privatizada nas três dimensões definidas por Adrião (2018): no currículo, a



partir de seu cerceamento com os sistemas estruturados, que são organizados para comprar e difundir um currículo pensado fora da escola pública; na oferta, a partir da compra e venda de vagas, com os *vouchers* do programa Pé na Escola; e na gestão na rede pública, com as demandas vindas de plataformas, aplicativos, cursos de formação e acúmulo de atividades, que acabam promovendo o aumento da burocratização e da carga horária trabalhada. A privatização na rede municipal de Salvador acarreta, também, na intensificação do trabalho docente, como visto na entrevista realizada. Concluimos que a educação soteropolitana carece de maior estabilidade e valorização profissional. Apesar das adversidades, os trabalhadores da educação seguem comprometidos com a qualidade do ensino. Para que as escolas cumpram seu papel social, é urgente garantir melhores condições de trabalho, fundamentais para o desenvolvimento da população e da sociedade.

Palavras-Chave: Intensificação do trabalho docente; Privatização da Educação; Precarização do trabalho.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas de privatização no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, jan./abr. 2018. p 8-28.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, DF: ANPAE, 2022. E-book. 299 p.

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LERNER, D. A leitura profissional. In: CARDOSO, B. (org.). **Ensinar**: Tarefa para profissionais. Rio de Janeiro; Record, 2004.

SALVADOR. **Decreto nº 30.734, de 19 de dezembro de 2018**. Regulamenta a Lei Municipal nº 9.410, de 14 de dezembro de 2018, que institui o Projeto Pé na Escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 6 meses a 5 anos e dá outras providências. Salvador, BA, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2018/3074/30734/decreto-n-30734-2018-regulamenta-a-lei-municipal-n-9410-de-14-de-dezembro-de-2018-que-institui-o-projeto-pe-na-escola-destinado-ao-atendimento-de-criancas-na-faixa-etaria-de-6-meses-a-5-anos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jul. 2025.



SALVADOR. **Metas do Plano Municipal de Educação de Salvador devem ser cumpridas em dez anos.** 2016. Disponível em <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/clipping-educacao/metas-do-plano-municipal-de-educacao-de-salvador-devem-ser-cumpridas-em-dez-anos/> Acesso em: 21 jul. 2025.

SALVADOR, **Creches e Escolas Comunitárias Parceiras.** [s.d.]. Disponível em <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/programa-projeto/creche-e-escolas-parceiras>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SALVADOR, **Projeto Pé na Escola.** [s.d.] disponível em <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/programa-projeto/pe-na-escola/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Instituto Ayrton Senna. **Se Liga e Acelera:** Programas de correção de fluxo do Instituto Ayrton Senna têm resultados positivos em Natal-RN 18 mar. 2024. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/programas-se-liga-acelera-ayrton-senna-educacao-natal-rn/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SOUZA, D. S. de. **Nós na Rede - formação continuada na perspectiva do Coletivo de Coordenadores Pedagógicos de Salvador:** tensões, desafios e potenciais. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

VENCO, S.; SEKI, A. K. A docência à deriva: entre a tecnologia do futuro e a precariedade do presente. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, 2023.